

RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.952 - PR (2019/0038891-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **UNIÃO**
RECORRENTE : **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**
RECORRENTE : **JOÃO CARAM SOBRINHO**
ADVOGADOS : **ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO - PR016601**
DANIEL WUNDER HACHEM - PR050558
RECORRENTE : **EGON KOLLING**
RECORRENTE : **BENO HATZEMBERGER - ESPÓLIO**
RECORRENTE : **AMELIA LOHMANN HATZEMBERGER - INVENTARIANTE**
RECORRENTE : **VALESCA BRAGANHOLO**
ADVOGADOS : **MARGARETE INES BIAZUS LEAL - PR009883**
DIONIZIO LUBAVE DUDEK - PR012812
IVANA MARIA FONTELES CRUZ - PA004898
RECORRIDO : **OS MESMOS**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2/STJ. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESAPROPRIAÇÃO. NULIDADE DE TÍTULOS DOMINIAIS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 211/STJ. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. OFENSA À COISA JULGADA. LITISPENDÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO ESTRITAMENTE CONSTITUCIONAL. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 3546):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESAPROPRIAÇÃO ATÍPICA. OESTE DO PARANÁ. NULIDADE DE TÍTULOS DOMINIAIS. INDENIZAÇÃO. DESCABIMENTO.

1. É nulo o título de propriedade outorgado por Estado, a non domino, relativamente a imóvel situado em faixa de fronteira, pois se trata de área de domínio da União Federal. Em consequência, é indevido o pagamento de indenização fixada em ação expropriatória atípica, que objetivava a regularização fundiária da região.

2. Ação civil pública julgada procedente para declarar a nulidade dos registros dominiais e determinar a restituição de indenizações pagas, obstando novos

pagamentos.

Embargos de declaração acolhidos sem efeitos modificativos.

O recorrente alega violação dos artigos 165 e 458 do CPC/1973, ao argumento de que a "A decisão prolatada pela 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, data vênua, limitou-se a transcrever quase que integralmente a sentença de primeira instância, sem expender uma consideração sequer acerca do tema para negar provimento ao recurso. Note-se que o julgado não se refere a nenhum dos inúmeros argumentos aventados pelo recorrente em sede de apelação" (fl. 4549).

Quanto às questões de fundo, sustenta ofensa aos artigos 20, 47, 165, 301, §§1º, 2º e 3º, 458, 467, 474, do CPC/1973, 20, §1º, 34 e 35 do DL n. 3.365/41, 1º do Dec. n. 20.910/32 e 82, 145, 510 e 516 do CC/1916 e dissídio jurisprudencial, sob os seguintes argumentos: (a) "após a incorporação do imóvel expropriado à Fazenda Pública, não é possível argüir nulidades do processo de desapropriação; a resolução de questões de nulidade deve ser feita através de perdas e danos" (fl. 4541); (b) diante da existência de litisconsórcio passivo necessário, o Estado do Paraná deveria ter sido chamado à lide, "para esclarecer pontos, indiscutivelmente nebulosos, quanto à questão da titularidade do domínio e da validade dos títulos de propriedade exibidos pelo recorrente" (fl. 4542). Assim, "Nos casos de desapropriação em imóvel localizado em faixa de fronteira, anteriormente adquirido de Estado-membro, cuja alienação ocorreu a non domino por se tratar de bem da União, o STJ estipulou um requisito para a anulação dos respectivos títulos dominiais: em tais ações o Estado-Membro deve figurar como litisconsorte passivo necessário, sob pena de violação ao art. 47 do CPC" (fl. 4543). Caso a ação de anulação do título dominial se desenrole sem a participação do Estado no pólo passivo, ela se encontrará inquinada de nulidade; (c) ofensa à coisa julgada. Nesse sentido, "Não há a menor sombra de dúvida de que os pedidos e as causas de pedir coincidem na sua integralidade nas três oportunidades em que a Autarquia demandou contra o recorrente: na Ação de Desapropriação nº 00.00.57777-4/PR, na Ação Civil Pública nº 2002.70.00.039199-1 e na Ação Civil Pública nº 2002.70.00.066574-4/PR. A causa de pedir foi sempre a mesma: a suposta titularidade da União em relação ao domínio do imóvel expropriado, reconhecida na decisão do STF no R.E. 52.331/PR (em 1964), o que significaria a nulidade do título dominial do recorrente por ter sido, em tese, originado após sucessivas alienações a non domino, iniciadas pela concessão de terras do Estado do Paraná à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração" (fl. 4559); (d) ocorrência de litispendência entre a presente demanda e a ação declaratória n. 2005.70.00.001181-2/PR; (e) "prescrição extintiva da pretensão de condenar os recorrentes a devolver à União os valores recebidos na ação de desapropriação, com fulcro no art. 1º do Decreto nº 20.910/32, extinguindo-se o processo com resolução de mérito" (fl. 4568); (f) inexistência de vício no negócio jurídico celebrado entre as partes; (g) tratando-se de possuidor de boa-fé, requer-se a declaração do seu direito aos frutos e benfeitorias produzidos no imóvel durante o período em que sobre ele exerceu a posse; (h) levantamento do valor complementar sobrestado a título de honorários advocatícios.

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 4982-4983.

Parecer do MPF às fls. 5001-5011 pelo improvimento do recurso especial.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "[a]os recursos interpostos com fundamento no

CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

Afasta-se a alegada ofensa aos artigos 165 e 458 do CPC/1973, pois a Corte de origem prestou a tutela jurisdicional por meio de fundamentação jurídica que condiz com a resolução do conflito de interesses apresentado pelas partes, havendo pertinência entre os fundamentos e a conclusão do que decidido. A aplicação do direito ao caso, ainda que através de solução jurídica diversa da pretendida por um dos litigantes, não induz negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Evidencia-se que os artigos 82, 145, 510 e 516 do CC/1916 (e a tese a eles vinculada) não foram apreciados pela Corte de origem, inclusive após terem sido opostos os embargos de declaração, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se à hipótese a Súmula 211/STJ.

No que diz respeito ao art. 47 do CPC/1973, às alegações de ofensa à coisa julgada e de litispendência, a Corte de origem, após ampla análise do conjunto fático-probatório, firmou compreensão de que não há falar em formação de litisconsórcio passivo necessário com o Estado do Paraná, conforme se extrai do seguinte excerto (fls. 4258, 3520 e 3523-3524, respectivamente):

"Quanto ao tópico (a), que diz respeito com a necessidade de formação do litisconsórcio com o Estado do Paraná, entendo que isso não altera o que foi decidido no julgamento da apelação.

Isso porque não há se falar em litisconsórcio necessário com o Estado do Paraná nesta ação civil pública, já que os efeitos de eventual de sentença de procedência não atingiriam diretamente a esfera de patrimônio ou interesses do Estado do Paraná, mas apenas atingiria o direito dos entes federais envolvidos na desapropriação (Incra) ou titular do domínio (União Federal), ou então dos que figuravam como expropriados na desapropriação e que detinham a titularidade das áreas discutidas (pessoas físicas réus).

Ainda que o Estado do Paraná pudesse ser chamado a integrar a lide como litisconsorte passivo, se assim tivesse sido requerido na petição inicial ou determinado no curso do processo, e ainda que ele pudesse ter intervido como assistente litisconsorcial na ação civil pública, isso não significa que necessariamente devesse figurar no polo passivo desta ação civil pública, sendo por isso que o processo teve seguimento sem sua participação.

[...]

É muito mais uma questão de (in)eficácia do negócio jurídico do que sua nulidade, porque as relações que eventualmente existam entre os réus (pessoas físicas que receberam os imóveis do Estado do Paraná) e o Estado do Paraná (que teria alienado a non domino o que não lhe pertencia) devem ser resolvidas em ação própria, tendo inclusive o juízo indeferido na sentença o chamamento ao processo do Estado do Paraná feito pelos réus (preliminar 11-1-1 da sentença, fls. 2123-v)".

"se a questão do domínio não estava em debate na ação expropriatória, não se pode dizer que ela também esteja alcançada pelo manto da coisa julgada. Como o próprio STF reconheceu, a questão da titularidade do domínio não estava em pauta na expropriatória, de modo que não se pode impedir sua'

discussão em ação específica para isso.

Em suma, a causa de pedir e o pedido da presente ação civil diferem substancialmente daquela exposta na inicial da ação manejada pelo INCRA na ação civil pública nº 2002.70.0.039199-1/PR. Com efeito, na presente ação - civil pública o Ministério Público Federal, além de buscar o reconhecimento do .

direito da União à obtenção do preço determinado como indenização na ação de desapropriação, também pede que os réus sejam condenados "a restituir ao Tesouro Nacional os valores eventualmente recebidos por cada um na ação de desapropriação, de início e complementarmente, em dinheiro e Títulos da Dívida Agrária - TDAs, relativamente à indenização expropriatória, corrigidos monetariamente e acrescidos dos juros legais". Com isso, o processo de desapropriação seria preservado, permitindo-se dar vida ao que dispõe o art.

20 do Decreto nº 3365/41, no sentido de que a contestação só pode versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço e que qualquer outra questão deve ser decidida por ação direta. Esta orientação tem sido acatada em diversas Reclamações que têm aportado ao STF.

Deveras, o Supremo Tribunal Federal tem destacado que a desapropriação não.

passa de uma ação de liquidação da indenização a ser paga ao expropriado, de modo que a coisa julgada se refere apenas ao quantum indenizatório nela fixado. Por isso mesmo, o STF tem destacado que as sentenças judiciais proferidas em ações expropriatórias, relativas á terras localizadas na área abrangida pelo RE 52.331/PR, não têm a capacidade de entrar em choque com esta decisão do STF, pois enquanto esta última debateu o domínio (assegurando-o à União), aquelas apenas discutem o preço da indenização".

"Egon Kolling, Valesca Kolling e Espólio de Beno Hatzemberger apontam a ocorrência de litispendência em relação à ação civil pública nº 2002.70.00.039199-1, haja vista ambas buscarem discutir o domínio das áreas expropriadas e impedir o levantamento de valores indenizatórios.

Ainda que os efeitos práticos das duas ações sejam semelhantes - qual seja, impedir que os réus levatem os valores das indenizações decorrentes da ação expropriatória nº 00.00.57777-4 -, é certo que cada ação conta com pedidos que à particularizam.

Conforme antes citado, na presente ação civil pública o Ministério Público Federal, além de buscar,o reconhecimento do direito da União à obtenção do preço determinado como indenização na ação de desapropriação, também pede que os réus sejam condenados "a restituir ao Tesouro Nacional os valores eventualmente recebidos por cada um na ação de desapropriação, de início e complementarmente, em dinheiro e Títulos da Dívida Agrária - TDAs, relativamente à indenização expropriatória, corrigidos monetariamente e acrescidos dos juros legais".

De acordo com o já mencionado na decisão às fls. 694-702 e no item acima, na ação civil pública sob nº 2002.70.00.039199-1 o INCRA fundamentava seu pedido na necessária observância do que fora decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 52.331 que declarou e reconheceu como de propriedade da União as terras devolutas localizadas em faixa de fronteira. Com isso afirmava que "qualquer pagamento que se faça na desapropriação desrespeita a autoridade do v. acórdão proferido pelo Supremo Tribunal

Federal no julgamento do Recurso Extraordinário 52.331/PR" (fl. 20 - autos 2002.70.00.039199-1).

Ou seja, a causa de pedir naquela outra ação civil pública era a invalidade da condenação operada nas ações expropriatórias, tendo em vista o desrespeito à coisa julgada oriunda de decisão da Suprema Corte.

Esses argumentos conduziram este Juízo a indeferir a inicial, porquanto a tentativa de invalidar o que fora decidido na ação expropriatória já não seria mais admissível, pois o instrumento adequado a isso seria a ação rescisória.

Tal decisão foi confirmada pelo TRF/4º Região, conforme fls. 1332-1344.

Porém, como já ressaltado anteriormente, a causa de pedir da presente ação civil pública, bem como seu pedido, diferem substancialmente daquela exposta na inicial ação manejada pelo INCRA.

Com efeito, na presente, demanda o Ministério Público Federal não procura anular os efeitos da condenação transitada em julgado na ação expropriatória.

Ao contrário, reconhecendo sua autoridade, pede apenas que a questão dominial seja posta em discussão para que, ao final, declarando a titularidade da União sobre a área expropriada, o valor da indenização seja carreado ao ente federal. Com isso, o processo de desapropriação seria preservado, permitindo-se dar vida ao que dispõe o art. 20 do Decreto nº 3365/41, no sentido de que a contestação só pode versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço e que qualquer outra questão deve ser decidida por ação direta.

Também ressalto, por oportuno, que o pedido da presente demanda difere daquele apresentado na ação ordinária sob nº 2005.70.00.001181-2. Naquele feito o INCRA e a União pleiteiam seja a questão dominial posta em discussão para que, ao final, declarando a titularidade da União sobre a área expropriada, o valor da indenização seja carreado ao ente federal, sem, no entanto, pleitear a restituição dos valores já levantados no feito expropriatório.

Essas particularidades já são suficientes a desqualificar qualquer tentativa de identificação perfeita entre as duas ações, posto que os pedidos não são - coincidentes.

Afasto, assim, a preliminar de litispendência".

Assim, tem-se que a revisão a que chegou o Tribunal de origem sobre a questão demanda o reexame dos fatos e provas constantes nos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial. Incide à hipótese a Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. SÚMULA 7/STJ. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. SÚMULA 83/STJ.

[...]

4. As instâncias ordinárias decidiram pela desnecessidade da formação do litisconsórcio necessário sob o fundamento de que compete ao Município a promoção do parcelamento do solo urbano. Modificar a conclusão a que chegou

a Corte de origem, de modo a acolher a tese do recorrente, demanda reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável em Recurso Especial, sob pena de violação da Súmula 7 do STJ.

[...]

6. Recurso Especial não provido. (REsp 1249856/SE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 15/4/2014.)

DIREITO FINANCEIRO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. LITISPENDÊNCIA. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. RESTRIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS. DIREITOS SUBJETIVOS DO SERVIDOR. AÇÃO DE COBRANÇA. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO.

1. A Corte estadual afastou a ocorrência de litispendência por considerar que os pedidos veiculados na presente ação são distintos da ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público. Com isso, para se chegar à conclusão contrária à do Tribunal a quo, no sentido de não haver litispendência, faz-se necessário incursionar no contexto fático-probatório da demanda, o que é inviável em recursospecial, por força do constante na Súmula 7/STJ.

[...]

4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido. (REsp 1517625/AL, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 9/10/2019.)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. DNIT. ENQUADRAMENTO. LEI 11.171/2005. PRAZO PRESCRICIONAL. TESE DE RECONHECIMENTO DE LITISPENDÊNCIA E COISA JULGADA REFUTADA PELA CORTE DE ORIGEM, A PARTIR DAS PREMISSAS FÁTICAS DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A inversão conclusão firmada pela Corte de origem, refutando a configuração de litispendência e coisa julgada - demanda a análise minuciosa dos elementos configuradores da litispendência entre ações (identidade de partes, de causa de pedir e do pedido), o que implica, necessariamente, no reexame do conjunto fático-probatório dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ.

[...]

3. Agravo Interno da UNIÃO a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1505896/SC, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 25/2/2019.)

A controvérsia relativa à prescrição foi dirimida com fundamento constitucional, especificamente com base no parágrafo 3º do artigo 183 da Constituição Federal, de modo que o recurso especial se apresenta inviável quanto ao ponto, sob pena de se usurpar a competência reservada pela Constituição ao Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator